

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>	<p>NP: udti4wsf SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 11/03/2020 Indicação nº 1074/2020 Protocolo nº 1659/2020</p>	
<p>Autor: Dep. Dr. João</p>		

Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópias ao Exmo. Sr. Secretário da Casa Civil e ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, a necessidade de construir e implantar uma clínica pública para o tratamento de jovens com dependência de álcool e drogas.

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador de Estado, com cópias para o Exmo. Secretário de Estado da Saúde e ao Exmo. Secretário Chefe da Casa Civil, mostrando a necessidade de construir e implantar uma clínica pública para o tratamento de jovens com dependência de álcool e drogas.

JUSTIFICATIVA

Mais de 1 milhão de crianças e adolescentes brasileiros com idade entre 6 e 17 anos têm problemas com uso de álcool e drogas. Pelo menos uma vez na vida o uso das substâncias já provocou acidentes de carro, envolvimento com brigas em casa e na rua e transtornos com a polícia.

Elas fazem parte de universo de cinco milhões de brasileiros (12,6%), nessa faixa etária, que apresentam sintomas de transtornos mentais graves, como hiperatividade ou desatenção, transtorno de aprendizagem ou bipolar, depressão, irritabilidade e comportamentos desafiadores. Informação da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), que encomendou pesquisa ao Ibope.

Número foi maior que esperávamos, mas seguiu tendência já apontada por outros trabalhos anteriores. É um indicativo que o problema está aumentando”, diz Tatiana Moya, coordenadora da pesquisa. Estudo realizado entre 15 e 19 de agosto de 2011 em 142 municípios de todas as regiões do Brasil. No período, 2.002 mães concederam entrevistas para relatar situação dos filhos.

Segundo a pesquisa, 9% dos jovens que pertencem à classe C já apresentaram problemas causados pelo uso de álcool, maconha, ecstasy, cocaína, crack, lança-perfume, cola ou LSD. Nas classes A e B o percentual cai para 4%. Crianças de família com renda entre 1 e 2 salários mínimos também estão mais



expostas: 10% delas já tiveram experiências com drogas, enquanto nas de orçamento superior a 10 salários mínimos o índice reduz a zero.

O mal das drogas atinge a humanidade principalmente de quatro formas: primeira, a pessoa-usuária, que vive amarrada a um sistema de criminalidade para adquirir a droga, substância destruidora de sua própria saúde; segunda, a família da pessoa-usuária, que, dia após dia, é carcomida pelo sofrimento de acompanhar um ente querido destruir paulatinamente a própria vida, em razão de sua dependência química; terceira, o Estado, por assistir sua autoridade sendo afrontada e confrontada pela ação dos traficantes; e quarta, a sociedade, que vive aterrorizada pelas ações criminosas, movidas em torno do tráfico de drogas: furta-se, rouba-se e mata-se em decorrência da maldita da droga.

Além da exposição, foi detectada maior dificuldade para mães de baixa renda encontrarem tratamentos aos filhos. O Sistema Único de Saúde (SUS) não conseguiu oferecer ajuda a 60% das famílias que recorreram aos hospitais públicos. “Existência de Ambulatórios de Saúde Mental Infantil é exceção nos estabelecimentos médicos do Brasil”, afirma Moya, que coordena o Departamento de Epidemiologia Psiquiátrica da ABP.

A época de maior incidência no consumo é período em que a criança está matriculada da 5ª à 8ª séries do ensino fundamental, quando 11% das mães reconhecem que filhos fazem uso de entorpecentes. A orientação para elas é procurar ajuda com psiquiatras infantis para saber a melhor forma de lidar com a questão. “As crianças, muitas vezes, não reconhecem o problema, não aceitam tratamento e acabam por se envolver em atividades ilícitas para sustentar o vício, como roubos, assaltos e prostituição”, diz Moya.

Caso se mantenham usuários, esses jovens também desenvolverão sérios prejuízos cognitivos. Estudo feito no Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo apontou impacto acentuado da droga no cérebro de menores de 17 anos, comparados aos usuários que começaram a usar após essa idade. Quanto mais cedo a iniciação, maiores as dificuldades para solucionar problemas e criar estratégias.

Pesquisa feita pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), com apoio da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), constatou que os estudantes de escolas públicas estão usando drogas cada vez mais precocemente. Crianças de 10 anos de idade começam a ter contato com as drogas - e o álcool, na maioria das vezes, é a porta de entrada para o vício. O Cebrid é um centro de estudos ligado ao Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Este é o quinto levantamento do Cebrid em escolas de ensino fundamental e médio. O trabalho, intitulado Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino, é de autoria dos pesquisadores José Carlos Galduróz, Ana Regina Noto, Arilton Martins Fonseca e Elisaldo Carlini. Cerca de 50 mil estudantes responderam aos questionários, anonimamente.

A maioria dos usuários está na faixa de 16 anos de idade. Na faixa etária de 10 a 12 anos, 12,7% dos estudantes já usaram algum tipo de droga na vida. Quase a metade dos alunos pesquisados (45,9%) cursa uma série que não é adequada à sua idade. A pesquisa constatou que a defasagem escolar é maior entre os que consomem drogas, quando se compara com o grupo de alunos que não consome.

O total de estudantes que usam drogas, na rede estadual de ensino, é de 22,6%. As substâncias mais procuradas são os solventes, a maconha, os remédios para diminuir a ansiedade (ansiolíticos), os estimulantes (anfetaminas) e os remédios que atuam no sistema nervoso central parassimpático (anticolinérgicos). Entre os meninos, a maconha é a primeira da lista e, entre as meninas, o consumo maior é de estimulantes.



O Ministério da Saúde informa que existem apenas 264 unidades de atendimento público (Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil/ Capsi) especializadas no atendimento em saúde mental para crianças e adolescentes em todo o País. Para atender à demanda apontada pelo estudo da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), cada Capsi precisaria atender 21 mil crianças. A capacidade média dos centros é de 240 crianças e adolescentes por ano. Dependendo da região, a carência de serviços é ainda maior. No Norte existem apenas seis Capsi; no Centro-Oeste, 13. Já a Região Sudeste tem 147.

A maioria dessas crianças não tem acesso a tratamento adequado na rede pública de saúde (SUS). Menos de um quarto consegue atendimento por meio de convênio ou mesmo particular. “Não temos onde atender, para onde encaminhar, tratar e dar a assistência necessária a todas as crianças e adolescentes”, afirma a coordenadora da pesquisa da ABP, Tatiana Moya. O fato de não haver tratamento adequado no presente aponta para conseqüências sérias no futuro. Em todo o mundo, adverte a ONU, há 25 milhões de viciados em drogas, o que ocasiona aproximadamente 200 mil mortes por ano.

Mato Grosso não foge a regra, os pacientes, tem como opção publica apenas o atendimento ambulatorial nos Caps (Centros de Atenção Psicossocial) ou internações curtas em hospitais gerais, para desintoxicação. Esse sistema tem se mostrado insuficiente, não conseguindo a demanda, nem em quantidade e nem em qualidade.

O modelo de atendimento publico que pretendemos que seja implantado em Mato Grosso se baseia na Clínica Chestnut, em Illinois, nos Estados Unidos. A técnica americana incorpora a participação da família no tratamento, além das demais atividades oferecidas. Nos EUA a recuperação supera os 70%.

No Estado de São Paulo em 2009, mais especificamente em São Bernado do Campo, foi inaugurada a primeira clinica publica no Brasil por iniciativa do Governo Estado, o projeto então inédito no Brasil, se mostra bem mais eficiente que o modelo atual.

Atualmente são desenvolvidos programas de repreensão ao trafico e uso de drogas E programas educacionais visando a conscientização sobre os malefícios do uso de drogas, mas, pouco, ou quase nada é feito pelo poder publico para a recuperação do viciado.

O número de usuários de drogas não é estático, e, sim crescente, se ações não forem implementadas para tratar, principalmente, os jovens, mais e mais presídios terão que ser construídos.

Assim sendo, pelos motivos expostos entendemos ser de fundamental importância a construção e a implantação de uma clinica pública para o tratamento de jovens com dependência de álcool e drogas em Mato Grosso.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Março de 2020

Dr. João
Deputado Estadual